

Flávio Dino toma posse como ministro do Supremo nesta quinta-feira

Escolhido pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) para suceder a ministra Rosa Weber, que se aposentou no ano passado, Flávio Dino tomará posse como ministro do Supremo Tribunal Federal nesta quinta-feira (22/2).

A sessão solene de posse do novo ministro terá início às 16h e contará com a presença de cerca de 800 pessoas, entre autoridades, amigos e convidados. Após a solenidade, Dino assistirá a uma missa de ação de graças na Catedral Metropolitana Nossa Senhora Aparecida, localizada na Esplanada dos Ministérios, em Brasília.

O decreto de nomeação de Dino foi publicado em 31 de janeiro, data em que ele deixou o Ministério da Justiça e da Segurança Pública. Quando assume a vaga, um novo membro da corte herda os processos que estavam no gabinete do ministro a quem sucede. Assim, Dino receberá 340 processos do acervo da ministra Rosa Weber.



Flávio Dino iniciará sua trajetória no Supremo nesta quinta-feira

Três Poderes

Ao longo de sua vida profissional, Dino exerceu cargos nos Três Poderes da República, nas esferas estadual e federal. No Judiciário, foi juiz federal por 12 anos, entre 1994 e 2006. No período, representou a categoria presidindo por dois anos a Associação dos Juízes Federais do Brasil (Ajufe). Ele integrou o Conselho da Justiça Federal (CJF) e o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em que ocupou o cargo de secretário-geral. No Supremo, foi juiz auxiliar no gabinete do ministro Nelson Jobim (aposentado).

Dino deixou a magistratura em 2006, seguindo uma tradição familiar de dedicação ao Direito e à política. No Poder Legislativo, elegeu-se deputado federal pelo Maranhão para a legislatura de 2007 a 2011. Com o término do mandato, ocupou a presidência da Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo (Embratur). Em 2014, foi eleito governador de seu estado e tomou posse no ano seguinte. Ele permaneceu no cargo, após reeleição, até 2022.

Em seguida, Dino foi eleito para o Senado Federal. Tomou posse, mas logo se licenciou para atender ao convite de Lula para integrar o Poder Executivo, no comando do Ministério da Justiça e Segurança Pública, órgão em que estava quando foi nomeado para o STF. Ele renunciou ao mandato no Congresso Nacional, encerrando 18 anos de carreira na política partidária. *Com informações da assessoria de imprensa do STF.*

Meta Fields